

Questão Discursiva 00432

Athos encaminha-se ao Cartório de Registro Civil de sua cidade com o objetivo de efetuar o registro de nascimento de seu filho, porém não alcança seu objetivo por ter se recusado a efetuar o pagamento dos emolumentos cobrados para expedir a respectiva certidão, mesmo alegando ser pessoa pobre.

Responda objetivamente:

a) eventual previsão legal que dispense Athos de pagar os emolumentos é constitucional à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal?

b) de acordo com a Constituição Federal e a legislação ordinária, é legítima a pretensão do cidadão em obter certidão de nascimento sem o pagamento de emolumentos invocando simplesmente a situação de pobreza? Quais os fundamentos legais que amparam ou rejeitam a pretensão?

c) qual a natureza jurídica dos emolumentos?

d) a declaração de pobreza falsa constitui alguma infração penal à luz da legislação penal? Em caso positivo, caso o cartorário constate falsidade na declaração qual procedimento deverá adotar?